

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO BÁSICA: RELAÇÕES COM AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Camilla Costa do Nascimento (UFC)¹,
costa.camilla@alu.ufc.br
Erbenia Praciano Vidal (UFC)²,
erbeniapraciano@gmail.com

RESUMO

A disciplina de Formação Cidadã desempenha um papel essencial na educação básica ao estimular a consciência crítica e a cidadania dos estudantes. No Ceará, essa disciplina está vinculada ao Projeto Professor Diretor de Turma, que busca fortalecer o engajamento social dos alunos, auxiliando no desenvolvimento acadêmico, social e emocional. Diante da necessidade de uma educação mais inclusiva, a Formação Cidadã apresenta-se como um espaço fundamental para debater temas como democracia, direitos humanos, participação social e, especialmente, questões étnico-raciais. A inclusão da educação étnico-racial no currículo escolar tornou-se obrigatória com as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que determinam o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. Nesse contexto, a Formação Cidadã pode contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo um ensino mais representativo e igualitário. No entanto, desafios estruturais dificultam sua implementação efetiva. A falta de formação adequada dos professores, a ausência de materiais didáticos específicos e a sobrecarga de trabalho são obstáculos que comprometem a qualidade do ensino dessa disciplina. O artigo também busca enfatizar o impacto positivo que a disciplina de Formação Cidadã pode contribuir para o fortalecimento do protagonismo juvenil. Quando bem estruturada, ela estimula a participação ativa dos estudantes em debates sociais e políticos, incentivando a construção de uma sociedade mais democrática e justa. Além disso, contribui para a valorização da diversidade e da identidade cultural, preparando os alunos para enfrentar desafios sociais com empatia e responsabilidade. Assim, investir na Formação Cidadã é essencial para construir um ambiente escolar mais inclusivo, comprometido com a equidade e a justiça social.

Palavras-chave: Formação Cidadã, Educação Étnico-Racial, Identidade, Inclusão, Democracia, Direitos Humanos.

¹ Graduada em Ciências Sociais (UFC). Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4578977483261249>

² Graduada em Ciências Sociais (UECE). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2691246030202322>

1 INTRODUÇÃO

A educação básica possui um papel central na formação de cidadãos conscientes e críticos. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) rege a educação básica no Brasil e expõe que todos os indivíduos têm a educação como um direito fundamental e reitera que um dos seus objetivos é a formação integral das pessoas, pautando a diversidade. Assim, a BNCC expressa: “O compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral e desenvolvimento pleno dos estudantes, voltada ao acolhimento com respeito às diferenças e sem discriminação e preconceitos” (BNCC, p.5).

No contexto cearense, a disciplina de Formação Cidadã, integrada a grande currículo, tem um grande potencial para a promoção, não apenas conhecimentos sobre direitos e deveres, mas também abre espaço para discussões essenciais sobre temas étnico-raciais, como racismo, inclusão e igualdade. Assim, é de extrema relevância as iniciativas que discutam a inclusão e as práticas sociais que efetivem a cidadania dos sujeitos, como a educação étnico-racial.

Este artigo tem por objetivo Analisar a importância da disciplina de Formação Cidadã no ensino médio, destacando seu papel na abordagem da educação étnico-racial e na construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equitativa. Para isso, pretende-se investigar como a disciplina de Formação Cidadã é estruturada no contexto educacional cearense, especialmente no Projeto Professor Diretor de Turma, identificando os principais desafios enfrentados pelos professores na implementação dessa disciplina, como a falta de formação adequada e materiais didáticos específicos.

Além de examinar a aplicação das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 no currículo escolar e sua relação com a educação étnico-racial e refletir sobre práticas pedagógicas que possam fortalecer o ensino da Formação Cidadã, promovendo a valorização da diversidade e o combate ao preconceito. Tendo em vista que, a sociedade brasileira sendo pautada e marcada historicamente pela exclusão dos povos negros e indígenas percebe-se que ensino da história, cultura e contribuição desses povos, torna-se fundamental para desconstruir preconceitos e fortalecer a identidade e o senso de pertencimento entre os jovens. Nesse sentido, a disciplina de Formação Cidadã pode assumir um papel transformador, preparando os educandos para uma atuação ativa e responsável na sociedade.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CIDADÃ E O PROJETO DIRETOR DE TURMA NO ESTADO DO CEARÁ.

No contexto da educação cearense, desde 2008, está em vigência um Projeto Professor Diretor de Turma que propõe à equipe escolar um processo de apadrinhamento das turmas da instituição. Esse projeto tem como objetivo melhorar a integração dos estudantes na escola, mapeamento das situações socioeconômicas e atender as necessidades dos discentes individualmente, assim como as dificuldades da turma. Apesar do projeto em si ter um caráter atencioso e humanista, há por trás, uma série de questões que deixam a atividade docente ainda mais exaustiva e precarizada. Nesse contexto, a falta de suporte de psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, dentre outros profissionais, dentro das escolas do Estado do Ceará acaba sobrecarregando as atividades dos professores diretores de turmas (PDT's). As múltiplas funções (elaboração de um dossiê da turma, acompanhamento das frequências dos educandos, por exemplo,) são dadas ao PDT para serem realizadas em três horas semanais da sua carga horária total.

Em tese, cada turma conta com o apoio de um professor formado em qualquer área do conhecimento, ou seja, pode ser o professor de Filosofia, Matemática, Física. Ele assume o papel de mentor e torna-se responsável por acompanhar o desenvolvimento escolar, social e comportamental dos alunos. Para isso, o PDT ministra a aula de Formação Cidadã, discutindo o progresso escolar, identificando dificuldades e propondo soluções. Além disso, o diretor de turma mantém contato com os pais ou responsáveis, promovendo uma comunicação constante entre a família e a escola. Esse acompanhamento inclui um apoio individualizado, no qual o professor identifica as necessidades específicas de cada aluno, sejam elas acadêmicas, pessoais ou até mesmo de saúde, e sugere ações para atendê-las, como apoio psicológico, assistencial e pedagógico.

No entanto, é importante pontuar que esse profissional que agora terá uma nova responsabilidade com aqueles estudantes, muitas vezes, não tem o perfil adequado para a atividade. Vale destacar que o principal critério para ser PDT é a realização de um mini-curso disponibilizado pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) intitulado Diálogos Socioemocionais. Tal mini-curso somente começou a ser disponibilizado aos professores a partir de 2018, isto é, dez anos após a vigência do projeto. Segundo a própria SEDUC essa capacitação “tem por objetivo o desenvolvimento das competências socioemocionais de forma intencional, com vistas a uma formação integral

do educando.” (SEDUC, 2018).

Associada a esse projeto está a disciplina de Formação Cidadã, que faz parte da grade curricular e tem como foco o desenvolvimento da consciência cidadã e social dos estudantes. Nessa disciplina, os estudantes devem aprender sobre ética e valores como respeito, solidariedade e responsabilidade, preparando-os como cidadãos conscientes. Além disso, são incentivados a participar ativamente da vida escolar e da comunidade, promovendo o protagonismo juvenil por meio de projetos sociais e atividades participativas. Por sua vez, a disciplina de Formação Cidadã aborda temas transversais relevantes e atuais, como cidadania, direitos e deveres, sustentabilidade, igualdade de gênero e o reconhecimento racial.

Apesar dessa possibilidade de desenvolvimento dos temas tão plurais, muitas vezes, essas abordagens não são realmente contempladas. Visto que, os professores que assumem esse cargo não têm formação, material didático e nem tempo para o planejamento dessas aulas e das atividades vinculadas a elas. Isso por consequência, ocasionou o esvaziamento e a descaracterização de uma disciplina tão importante para a formação e integração dos estudantes em sociedade. Assim como coloca Luiz Rufino “A educação é um fenômeno plural, inacabado e dialógico [...] configurando-se como um ato de responsabilidade” (RUFINO, 2019, p. 263). O que poderia ser um grande espaço de educação mais completa e integrada, que promoveria diálogos e o desenvolvimento de competências socioemocionais e cidadãs nos jovens cearenses, acaba se tornando um espaço sem conteúdo e sem sentido.

2.1 A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CIDADÃ NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

É inegável que a falta de formação e de consciência cidadã dos educandos trazem diversos impactos para eles, sobretudo, porque esses jovens estão começando a ter diferentes responsabilidades com a chegada da vida adulta. Logo, todo o contexto escolar deve estar mobilizado em prol desse objetivo, educar para a cidadania. Assim, a escola não deve ser considerada apenas um espaço para a capacitação acadêmica dos jovens, mas sim, um local para a construção da história, da ancestralidade e da compreensão do papel social na coletividade, do desenvolvimento da ética e da responsabilidade. Por isso, a formação cidadã é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa, consciente e comprometida com o bem comum. Nesse contexto, uma educação voltada para a formação cidadã e para o reconhecimento da identidade dos estudantes, ajudará a desenvolver valores humanos essenciais. Segundo os estudiosos Wilma Baía Coelho e Mauro Coelho: “A

memória histórica contribui para a conformação das noções de pertencimento em relação às quais os agentes sociais estabelecem formas de identificação. [...] Os valores e as condutas se pautam.” (COELHO; COELHO, 2012, p.142). Esse trecho pontuado pela autora reforça a importância da prática cidadã na construção de um senso de pertencimento e de identidade social dos e entre os alunos.

Em uma sociedade cada vez mais globalizada, efêmera e líquida (BAUMAN, 2001), na qual os valores humanos estão cada vez mais perdidos, há urgência na reconstrução e consolidação do respeito, da solidariedade e do entendimento sobre a diversidade. Os pesquisadores Wilma Baía Coelho e Mauro Coelho (2012) expõe que: “O alcance do escopo das leis exige [...] o enfrentamento do preconceito e de seus desdobramentos nocivos na formação de crianças e adolescentes” (COELHO; COELHO, 2012, p.142). Esse excerto reforça a relevância de educar para a diversidade e o combate aos preconceitos, um objetivo central da formação cidadã na sociedade contemporânea.

Ao incorporar temas de cidadania, os sistemas educacionais incentivam o pensamento crítico e o respeito à diversidade, promovendo uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Outro ponto importante da Formação Cidadã é o desenvolvimento da autonomia do estudante, quando o jovem entende qual é a sua importância como um agente cidadão. Isso o incentiva a participar de forma ativa e consciente no mundo propiciando o seu engajamento com as questões ambientais e comunitárias, promovendo os direitos humanos e exercendo a luta contra as desigualdades sociais. Jovens cidadãos informados e críticos tendem a ser mais engajados politicamente e mais conscientes de seus direitos e deveres, fatores que contribuem para o fortalecimento da democracia. Em síntese, a formação cidadã, também, prepara os estudantes para o combate à desinformação, fazendo com que ele seja capaz de identificar informações confiáveis. Esse preparo é essencial em um cenário onde a informação circula rapidamente e onde o impacto de múltiplas informações na vida pessoal e na opinião pública é significativo. Por fim, investir na formação cidadã é, portanto, investir em uma sociedade mais ética, consciente e preparada para enfrentar os desafios do mundo atual, promovendo uma convivência harmônica e uma participação ativa de todos.

2.2 CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ao se pensar em uma sociedade democrática, deve-se pensar em dois pilares centrais nesse processo, a cidadania e a participação social. Esses pilares são fundamentais

para a promoção e envolvimento dos jovens dentro da esfera pública. Tendo em vista isso, o fortalecimento das instituições democráticas estão diretamente ligadas a transformação da realidade social. O ser cidadão não é apenas ter acesso aos direitos, mas também assumir deveres e responsabilidades que contribuem para o bem-estar coletivo e para a melhoria das condições de vida na comunidade.

O papel da cidadania se manifesta de diversas formas dentro e fora do núcleo pessoal, o acesso aos direitos básicos como a educação, saúde e moradia permite aos indivíduos a participação plena na sociedade. Logo, o desrespeito ao processo de cidadania no cotidiano dos estudantes, mostra-se um grande perigo para a integração e estímulo dos mesmos a estarem engajados na luta política. Tendo em vista isso, a educação tem um espaço especial nesse processo. Apesar de parecer de alguma forma neutra, a educação de fato é um ato político em direção à redução da dominação e da desigualdade e em direção à emancipação dos estudantes. Em outras palavras, a educação liberta a prática que envolve o pensamento crítico junto com a ação.

A pensadora estadunidense bell hooks argumenta que a prática educativa deve ser libertadora, isto é, “permitir ao aluno examinar sua realidade, revelar-se contra o opressor, questionar a natureza do poder, [...] perceber-se como um agente de significado” (HOOKS, 1994, p. 35). Ou seja, a sala de aula não é um lugar isolado, separado verticalmente, a ser preenchido de cima para baixo. Deve ser um ambiente sonoro e colaborativo que seja, ao mesmo tempo, de aprendizagem e de partilha. Assim, essa prática engajada se manifestará na participação social dos educandos sendo considerada o caminho pelo qual o cidadão se envolve nas questões sociais, que o ajudará a construir práticas e políticas que afetarão a sua realidade social e a de outros de modo coletivo, promovendo a justiça social. Por meio da educação, os indivíduos, de modo geral, podem desenvolver a capacidade crítica. O espaço da Formação Cidadã abre o diálogo para a aprendizagem dos direitos e deveres, o fortalecimento do senso de pertencimento e a responsabilidade dos estudantes.

Projetos Educacionais, que trazem a pauta cidadã e estimulam essa cidadania ativa, são fundamentais para criar uma cultura de participação e para fomentar as discussões sobre políticas públicas. Sendo assim, a escola é um espaço onde os jovens começam a entender seu papel social e as formas de como podem contribuir para o bem-estar da comunidade.

Por meio da educação, os indivíduos, de modo geral, podem desenvolver a capacidade crítica. O espaço da Formação Cidadã abre o diálogo para a aprendizagem dos direitos e deveres, o fortalecimento do senso de pertencimento e a responsabilidade dos

estudantes. Projetos Educacionais, que trazem a pauta cidadã e estimulam essa cidadania ativa, são fundamentais para criar uma cultura de participação e para fomentar as discussões sobre políticas públicas. Sendo assim, a escola é um espaço onde os jovens começam a entender seu papel social e as formas de como podem contribuir para o bem-estar da comunidade.

Vale enfatizar que a cidadania e a participação social são pilares inseparáveis da justiça social e da democracia. Quando os alunos se veem como cidadãos e se mobilizam visando a igualdade de fato, exercem um papel vital na promoção da equidade e no fortalecimento das instituições públicas, ajudando a construir uma sociedade em que todos possam ser ouvidos e atendidos.

2.4 AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E A CONTRIBUIÇÃO DA DISCIPLINA DE FORMAÇÃO CIDADÃ.

Na disciplina de formação para a cidadania o professor pode trabalhar com inúmeras problemáticas que podem ser eleitas pelo docente ou propostas pelos alunos para a discussão: desigualdades sociais, homofobia, direitos humanos, política, democracia, racismo, sexismo, dentre outros. Nessa perspectiva, a educação étnico-racial pode ser implementada como uma proposta de ensino da disciplina a partir da apresentação e da discussão de diversos contextos referentes ao segmento social negro no Brasil. Diante da pluralidade das discussões, este artigo, destaca o movimento feminista negro brasileiro: o protagonismo das mulheres negras como uma proposta de ensino para a disciplina de formação cidadã.

As discussões referentes às questões étnico-raciais têm se tornado imprescindíveis e necessárias no contexto brasileiro, visto o aumento significativo do número de casos de discriminação racial nas últimas décadas. Contraditoriamente, não se reconhecem as contribuições dos povos indígena e negro na construção da nação Brasil, tampouco, na sua consolidação. Diante disso, as propostas de debates para o entendimento dessas questões nunca tiveram tanta urgência reflexiva como nos últimos anos. A compreensão da história de lutas e de resistência, das dificuldades e das conquistas dos grupos socialmente excluídos precisam ser apresentada e discutida nos mais variados espaços da sociedade: organizações não-governamentais, associações de bairro, escolas, dentre outros

O destaque da escola (como espaço de reflexões e práticas de inclusão) ocorre pelo fato de que nela encontra-se um público - crianças e adolescentes – em um processo de

desenvolvimento intelectual e psicossocial mais propício às aprendizagens que promovam a cooperação, o convívio respeitoso com a diversidade e as ações voltadas para a igualdade entre os indivíduos. A escola ao desenvolver ações direcionadas para os objetivos já mencionados possibilitará a construção de uma sociedade efetivamente igual, promotora de direitos, de cidadania e de justiça social.

Para a efetivação dessas práticas escolares está a discussão sobre a inclusão do negro e do indígena na sociedade brasileira. As Leis Federais nº 10.639/03 e 11.745/08 tornaram-se *obrigatórias* nos currículos escolares para apresentarem e discutirem a história e as contribuições, respectivamente, dos negros e dos povos originários que formaram (formam) o Brasil. Para alguns, a implementação dessas leis foi necessária visto a exclusão histórica da relevância deles para a conjuntura de nação do Brasil. Para outros, uma ação afrontosa que promove uma cisão entre os brancos e os não-brancos (negros e indígenas), como se essa relação histórica tivesse sido(fosse) caracterizada pelo reconhecimento, pela igualdade e pela justiça social entre esses povos. Sobre isso, Coelho e Coelho (2012) expõem:

A inclusão dos conteúdos de História da África, História da Cultura Afro-Brasileira e História dos Povos Indígenas constitui fato novo. A narrativa consagrada acerca de nossa formação como país e como nação elegeu a Europa como epicentro de nossa história e como nossa herança mais importante. Os povos africanos e indígenas compõem a narrativa como elementos coadjuvantes, cuja participação é mais alegórica que determinante.(COELHO; COELHO, 2012, p.142).

O fato é que a inclusão desses conteúdos representa uma conquista dos movimentos negro e indígena em luta por reparação de séculos de escravidão, inferiorização e discriminação. As reflexões sobre a temática e as práticas antirracistas realizadas pela instituição escolar é uma maneira de consolidar a luta contra o racismo e o preconceito. Várias ações, além do movimento negro, destacam-se: mesmo sendo pontual, a comemoração do dia 20 de novembro (Consciência Negra), as publicações organizadas pelas Secretarias de Educação sobre a temática³, os seminários e eventos acadêmicos realizados

³ A exemplo disso, a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE), lançou em junho de 2024, na Revista Ceará Científico alguns artigos sobre a temática relações étnico-raciais. A mencionada edição foi intitulada Pesquisa, leitura e escrita na educação científica e nas relações étnico-raciais. Para saber sobre: <https://revistadocentes.seduc.ce.gov.br/cearacientifico>.

⁴ Em setembro de 2024, a Universidade Federal do Ceará (UFC) por meio do Mestrado Profissional de Sociologia (ProfSocio) realizou a II Jornada de Aulas do ProfSocio. Na ocasião, os estudantes compartilharam seus conhecimentos e suas experiências com os discentes do Curso de Licenciatura de Ciências Sociais. Nessa edição do evento foram refletidas questões sobre *Equidade de gênero e proteção às mulheres; 60 anos do golpe militar no Brasil; e Movimentos Sociais Indígenas*. É de suma relevância saber que essa última temática foi proposta pelo discente Mário Rodrigues da Silva Filho – Mário Maracáipe (In memoriam).

pelas Universidades⁴, os debates que ocorrem nas associações de bairros, e, principalmente, na escola com a disciplina de formação cidadã).

Assim, todas as iniciativas são relevantes para uma discussão ampla e pertinente sobre as questões negras e indígenas. Conforme expuseram Coelho e Coelho (2012), ao relatarem uma experiência vivenciada nas escolas nortistas do Brasil sobre a inclusão de reflexões pautadas nas relações étnico-raciais: “A reflexão engendrada pelas atividades (referentes às questões étnico- raciais) estimula o exercício da tolerância e de um ideal de igualdade, por meio de projeções acerca de uma sociedade mais justa e mais igualitária”. (COELHO; COELHO, 2012, p.145).

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa (BOGDAN, BIKLEN. 1994), baseada em revisão bibliográfica e análise documental. Para a construção do referencial teórico, foram consultadas obras e artigos acadêmicos que discutem educação, cidadania, relações étnico-raciais e políticas educacionais no Brasil. Tendo como destaque algumas pensadoras como Lélia Gonzalez, Kimberlé Crenshaw e Bell Hooks. Além disso, foram analisadas diretrizes e legislações educacionais, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que regulamentam a inclusão da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

A pesquisa também considera estudos e experiências sobre a disciplina de Formação Cidadã no contexto cearense, examinando seu impacto na formação dos estudantes e os desafios enfrentados por professores na implementação dessa abordagem. Dessa forma, busca-se apresentar uma análise crítica sobre a relevância da disciplina para a construção de uma educação mais inclusiva e cidadã.

4 PRINCIPAIS RESULTADOS E DISCUSSÃO: A EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL, UMA PROPOSTA DE AULA PARA A DISCIPLINA DE FORMAÇÃO CIDADÃ.

Em setembro deste ano, o Mestrado Profissional de Sociologia (UFC) realizou a II Jornada de Aulas do ProfSocio. Nesta oportunidade, o Prof. Alexandre Jerônimo (responsável pela disciplina de Metodologia de Ensino), propôs a seus estudantes o planejamento de uma aula que contemplem temáticas como: *Equidade de gênero e proteção às mulheres, 60 anos do golpe militar no Brasil e Movimentos Sociais Indígenas*.

Para essa aula, especificamente, foi escolhida a temática *Equidade de gênero e proteção às mulheres* e o mote da discussão direcionou-se para o “Movimento Feminista Negro Brasileiro - por uma visibilidade das invisíveis” e teve como principal objetivo apresentar as contribuições de cinco mulheres negras brasileiras (Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Marielle Franco) ressaltando-as como protagonistas do movimento feminista negro.

As discussões proporcionadas por essa aula podem ser utilizadas como conteúdo das aulas de formação cidadã visando contribuir para a implementação da educação étnico-racial no cotidiano da escola. No caso proposto, a temática sobre a história das mulheres negras e a participação delas no movimento social feminista negro brasileiro corrobora para a concretização dessa reflexão pelos estudantes do Ensino Médio. Sabe-se que os movimentos sociais surgiram na busca por efetivar direitos demandados por vários segmentos da sociedade: mulheres, negros, povos originários, dentre outros. Conforme Gomes (2017) expõe, muitas conquistas sociais, são oriundas desses instrumentos de luta: “Nesse processo, os movimentos sociais cumprem uma importante tarefa não só de denúncia e reinterpretação da realidade social e racial brasileira como, também, de reeducação da população, dos meios políticos e acadêmicos. (GOMES, 2017, p.39).

Nessa trajetória política surgem os movimentos negro e feminista pautando direitos para os negros e para as mulheres, respectivamente. No entanto, entre as mulheres negras surge a percepção de que as pautas de ambos os movimentos sociais (negro e feminista) não contemplavam em sua totalidade problemáticas peculiares à *mulher negra*: as discriminações em relação à raça e ao gênero. A partir dessas constatações surge o *Movimento Feminista Negro* com o objetivo de combater as desigualdades racial e de gênero (não debatidas pelo movimento negro e feminista, respectivamente). Então, no início da década de 1970 nasce no Brasil, o Movimento das Mulheres Negras (MMN). As desigualdades (gênero e raça) não eram visibilizadas nem discutidas, pois a questão da interseccionalidade das discriminações não era reconhecida.

A invisibilidade e o não reconhecimento em torno da mulher negra tornou-se uma das principais lutas do movimento feminista negro no mundo e no Brasil. A discussão relaciona-se com o fato de que os debates e as políticas públicas para esse segmento devem considerar a opressão interseccional (racismo e sexismo) enfrentada por mulheres pretas. Crenshaw (2002) colabora com a discussão e destaca um exemplo dessas opressões: “[...] A violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia.[...] Tais violações refletem um

enquadramento racial ou étnico das mulheres, a fim de concretizar uma violação explícita de gênero. (CRENSHAW, 2002,p. 178).

Visando ações concretas para romper com as desigualdades políticas e sociais enfrentadas, principalmente, pela população pobre e preta, Crenshaw (2002) recomendou algumas medidas e políticas públicas para efetivar esse objetivo, como por exemplo: a inclusão nos documentos e reorientação dos debates das instituições que integram a luta contra as discriminações às mulheres, reconhecendo os grupos a partir de particularidades e a disponibilização de recursos financeiros e humanos diretamente às mulheres marginalizadas fazendo com que elas participem ativamente desse processo, dentre outras ações. Além disso, destacam-se as políticas públicas relacionadas à democratização da educação. A escola (e suas ações educacionais) é crucial no combate a todas as formas de preconceitos e de discriminações, pois colabora na promoção da construção e da consolidação das identidades dos sujeitos. Gomes (2017) expõe a importância da escola nesse processo quando destaca que o espaço escolar é construído coletivamente a partir da junção das várias identidades e os resultados oriundos dessa construção são positivos à medida que ocorra o diálogo entre os sujeitos e a compreensão das pluralidades humanas.

Sendo assim, a discussão sobre os marginalizados (mulheres, negros, indígenas, homossexuais, refugiados, por exemplo) e a presença destes indivíduos na escola possibilitam aos estudantes um entendimento mais complexo das situações de exclusão e injustiça social. Tal compromisso se adequa às reflexões de todos os conhecimentos escolares, sobretudo, à disciplina de formação cidadã. É claro, que para isso ocorrer de modo esperado, o professor deve ter uma formação adequada para conduzir as discussões e assim promover análises críticas acerca das marginalizações e das discriminações interseccionais enfrentadas por segmentos sociais específicos.

Gonzalez (1988) nos lembra que o combate ao colonialismo e ao imperialismo não se restringiram ao Brasil. Ao refletir sobre isso, a estudiosa evidência que a luta negra ocorreu em vários países e que o protagonismo dos povos negros busca romper com discursos e práticas racistas e preconceituosas em todo o lugar. Assim, a pesquisadora conceitua e explica o processo libertário de modo coletivizado a partir da categoria *amefricanidade*. Sobre isso, Gonzalez (1988) explicita: “[...] marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar na necessidade de elaboração de uma categoria[...]: a amefricanidade. (GONZALEZ, 1988, p. 71)

Em suma, a diversidade de discussões sobre a luta e a resistência negra no Brasil,

especificamente dos grupos como das mulheres negras, contribuiu/contribui, significativamente, para a percepção da discriminação racial e de gênero desses sujeitos. E que um dos meios de combater essa problemática social parte da mobilização e da conscientização coletiva apreendidas através dos movimentos sociais, ou nos debates na escola, nas aulas de formação cidadã, por exemplo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo trouxe como foco a relevância da disciplina de Formação Cidadã para o desenvolvimento crítico, autônomo e participativo dos educandos do Ensino Médio a partir da inclusão da educação étnico-racial nas discussões escolares. Tal conhecimento colocou em destaque a luta e a resistência do Movimento Negro Feminista Brasileiro por meio de uma proposta de aula sobre o protagonismo das seguintes mulheres pretas brasileiras: Tereza de Benguela, Carolina Maria de Jesus, Lélia Gonzalez, Conceição Evaristo e Marielle Franco.

Os debates propostos sobre a história e as contribuições do feminismo negro para a formação e consolidação do Brasil como nação buscam o reconhecimento das pretas nesse contexto. Esse objetivo se deve a invisibilidade pela qual as mulheres negras brasileiras foram acometidas e não reconhecidas como atrizes ativas e participantes nas lutas e nas resistências às formas de exclusão social e discriminação racial e de gênero no país.

A efetivação do ensino da educação étnico-racial nas escolas mostra-se como um meio promissor e necessário para o entendimento das questões referentes à escravidão, aos preconceitos contra os negros, o engajamento político desse povo. Pensadoras como Wilma Baía, Lélia Gonzalez, Nilma Lino Gomes, Petronilha Silva, dentre outras, expuseram seus argumentos que explicam a segregação racial e social.

Em suma, a disciplina de formação cidadã faz parte dos saberes possibilitados aos educandos e como tal tem como principal objetivo contribuir para as mais diversas reflexões, sobretudo, aquelas que descortinam a realidade do cotidiano da escola, da comunidade na qual está inserida, da sociedade. Tal saber, por sua vez, deve ter espaço para a abordagem dos aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais, étnicos e raciais do Brasil. Assim, os conhecimentos escolares são fundamentais para conscientizar e mobilizar os educandos quanto às mazelas sociais, dentre elas as desigualdades de gênero e de raça.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: . (Introdução e Estrutura da BNCC, p. 11 5-34; A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 561-579). Acesso em 24/10/2023.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994. cap. 1 e 2, p. 48-52.
- COELHO, Wilma de Nazaré Baía; COELHO, Mauro Cezar. **Por Linhas Tortas – A Educação para a Diversidade e a Questão Étnico-Racial em Escolas da Região Norte: entre virtudes e vícios**. Revista da ABPN, v. 4, n. 8, p. 137-155, jul.–out. 2012.
- CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. In Revista Estudos Feministas, 2002.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. Belo Horizonte(MG): Letramento: Justificando, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político – cultural de amefricanidade**. In: Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro. Nº 92/93, jan-jun, 1988.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. Geledés, mar.,2017. Disponível em: .Acesso em: 21 set. 2024. HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- PROJETO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA – PPDT. SEDUC-CE 05 out. 2020. Disponível em:<<https://www.seduc.ce.gov.br/projeto-professor-diretor-de-turma-ppdt/>> Acesso em: 21out.2024. PROJETO PROFESSOR DIRETOR DE TURMA - **Projeto Diretor de Turma completa 12 anos de contribuições para a educação cearense**. SEDUC-CE, 05 out. 2020. Disponível em:. Acesso em: 21 out. 2024. RUFINO, Luiz. Exu como Educação. Revista Exitus, Santarém/PA, Vol. 9, Nº 4, p. 262-289, out./dez. 2019. Disponível em: DOI 10.24065/2237-9460.2019v9n4ID1012.